



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia  
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100  
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Edital de Licitação - SEI - SRP

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 75/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 23537.024916/2020-54**

**DATA SESSÃO PÚBLICA: 07/05/2021**

**HORÁRIO SESSÃO PÚBLICA: 09:00 (Horário de Brasília)**

**LOCAL: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**UASG: 155021**

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, filial **Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais**, sediado(a) na **Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100, CNPJ 15.126.437/0015-49, UG-155021**, na pessoa do Agente de Licitação designado pela Portaria constante dos autos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os quais foram examinados pela Consultoria Jurídica, conforme PARECER REFERENCIAL Nº 6/2020/GTPR/SJAA/CONJUR/PRES-EBSERH, contido nos autos deste Processo Administrativo.

Este procedimento licitatório obedecerá ao disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, na Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSERH, de 13 de setembro de 2019, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 16 de setembro de 2009, na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e às exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1. OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de **medicamentos antineoplásicos, imprescindíveis ao cumprimento da terapêutica a ser aplicada aos pacientes diagnosticados com doenças onco-hematológicas, assistidos pelo Hospital das Clínicas da UFMG - Filial Ebserh**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme especificado no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### **3. CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **4. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. que não tenham no estatuto ou contrato social o objeto desta Licitação;

4.3.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 19 do RLCE, quais sejam:

4.3.5.1. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

4.3.5.2. suspensão pela Ebserh;

4.3.5.3. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

4.3.5.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

4.3.5.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

4.3.5.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

4.3.5.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

4.3.5.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

4.3.5.9. pessoas elencadas no subitem 4.3.5.1, como pessoa física, bem como à participação delas em procedimentos licitatórios, na condição de Licitante;

4.3.5.10. empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

4.3.5.11. quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

4.3.5.11.1. integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

4.3.5.11.2. empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela Licitação ou contratação;

4.3.5.11.3. autoridade do Ministério da Educação;

4.3.5.11.4. autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

4.3.5.12. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

4.3.6. que estejam sob falência, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.7. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.8. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.9. sociedades cooperativas.

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição da República;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

5.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a este edital.

5.2. Caberá ao Agente de Licitação, auxiliado pela equipe de apoio e pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação ou solicitação de esclarecimentos no prazo de até 1 (um) dia útil.

5.3. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser apresentado por forma eletrônica, pelo e-mail [ulic.hcmg@ebserh.gov.br](mailto:ulic.hcmg@ebserh.gov.br).

5.4. Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após os prazos previstos no subitem 5.1, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem 5.3 deste Edital.

5.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Licitação, nos autos do processo de licitação.

5.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1. Como complemento da proposta e em atendimento à Política de Transação com Partes Relacionadas da Ebserh, o licitante deve declarar se é ou possui em seu quadro de administração pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da Ebserh, conforme modelo constante no Anexo VI deste edital.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Para todos os itens deverão ser apresentados os seguintes documentos:

6.3.1. Registro do produto no órgão competente do Ministério da Saúde (MS), de acordo com o Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, ou comprovante da Notificação Simplificada, ou comprovante de Isenção de Registro de acordo com a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

6.3.2. Para produtos com registro cuja validade é inferior ou igual a 6 (seis) meses, deverá ser enviado juntamente com o registro, o protocolo de petição de renovação do registro no órgão competente do Ministério da Saúde, conforme parágrafo 6º, título II, da Lei 6.360 de 23 de setembro de 1976.

6.3.3. Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (CBPF), emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, de acordo com a RDC 17/2010, RDC 39/2013, RDC 207/2018 e RDC 301/2019, atendendo ao disposto no Art. 29 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, inciso IV - *Solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.*

6.3.3.1. O Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) é o documento emitido pela Anvisa atestando que determinado estabelecimento cumpre com as Boas Práticas de Fabricação (BPF). Aplica-se a fabricantes de Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos, localizadas em território nacional, no Mercosul ou em outros países.

6.3.3.2. O CBPF apresentado deverá ser por linha de produção, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, quando se tratar de produto nacional.

6.3.3.3. O CBPF deverá ser emitido pela autoridade sanitária do país de origem do medicamento, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira, quando se tratar de produto importado.

6.3.4. Deverão ser apresentadas as bulas de todos os medicamentos cotados.

6.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Licitação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **7. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor unitário e total do item;

7.1.2. quantidade;

7.1.3. marca;

7.1.4. fabricante;

7.1.5. descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do Termo de Referência, identificados quanto ao princípio ativo, nome comercial, embalagem com o quantitativo do produto ofertado, número do registro no Ministério da Saúde e procedência. Para os medicamentos importados indicar obrigatoriamente o país de origem.

7.2. Para cada item, o Licitante deverá cotar seu quantitativo total.

7.3. Na descrição complementar da proposta não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o Licitante.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.8.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição da República; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **8. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Agente de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Licitação e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1 % (um por cento).

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Licitação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for

recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Agente de Licitação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Licitação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

8.19. Na composição dos preços as licitantes deverão observar a legislação aplicável à comercialização, em especial à Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, que define Normas de Regulação do Mercado de medicamentos – CMED e Orientação Interpretativa nº 02, de 13 de novembro de 2006 da ANVISA – Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

8.20. Na composição dos preços as licitantes deverão observar a legislação aplicável à isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal em especial ao convênio CONFAZ 87/2002.

8.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.27. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances finais da fase fechada, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 36 do Decreto nº 10.024/2019, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. no país;

8.28.2. por empresas brasileiras;

8.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre

as propostas empatadas.

8.30. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

8.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Licitação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.31.2. Ainda que a proposta do primeiro classificado esteja abaixo do orçamento estimado, deverá haver negociação com o licitante para obtenção de valores ainda mais vantajosos;

8.31.3. A negociação de que trata o subitem anterior deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado;

8.31.4. Durante a negociação, caso o valor ofertado permaneça acima do estimado, este poderá ser divulgado em sessão pública, mediante justificativa;

8.31.5. Se depois de adotada a providência referida no subitem anterior não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogado o item.

8.31.6. O Agente de Licitação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 1 (um) dia útil, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.32. Após a negociação do preço, o Agente de Licitação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 7º e no § 9º do artigo 26 do Decreto nº 10.024/2019.

9.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no artigo 176 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, em razão do disposto no artigo 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1.455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6. O Agente de Licitação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6.1. É facultado ao Agente de Licitação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de



solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Licitação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Licitação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Agente de Licitação exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação.

9.6.3.1. As amostras serão solicitadas à empresa provisoriamente vencedora, CASO SEJA NECESSÁRIO, durante a fase de classificação técnica da proposta quando a análise formal da proposta, juntamente com os documentos técnicos, não forem suficientes para conferir segurança à área demandante quanto à adequação do objeto ofertado pelo licitante. As amostras deverão ser enviadas em embalagem original, devidamente identificadas com o nome do fornecedor, o número do pregão e do item, com o original ou cópia autenticada do Laudo Analítico-Laboratorial/Certificado de Análise emitido pelo Departamento de Controle de Qualidade do fabricante.

9.6.3.2. Reserva-se ao Hospital o direito de testar e manipular as amostras enviadas.

9.6.3.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.6.3.4. As amostras devem obrigatoriamente, vir acompanhadas de Nota Fiscal de Simples Remessa ou de Demonstração.

9.6.3.5. Os critérios de avaliação das amostras serão referentes aos aspectos físicos, às informações da embalagem e/ou rótulo, à forma como o produto é administrado/utilizado e demais critérios que forem necessários para concluir se o produto a ser adquirido atende às especificações descritas neste Termo de Referência.

9.6.3.6. Caso a licitante provisoriamente vencedora apresente proposta de item utilizado no Hospital das Clínicas da UFMG/EBSERH nos últimos três meses estará dispensada de enviar amostra.

9.6.3.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Licitação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.6.3.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Licitação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.6.3.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.6.3.10. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (trinta) , após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

9.6.3.11. A amostra aprovada poderá ser considerada como item entregue mediante aceite da Administração.

9.6.3.12. A Administração não se responsabilizará pela amostra não recolhida pelo licitante após os prazos estipulados. A depender do estado de conservação do material, este poderá ser descartado ou aproveitado.

9.6.3.13. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Licitação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Havendo necessidade, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9. O Agente de Licitação deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.9.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Licitação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Licitação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. HABILITAÇÃO**

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal

e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Licitação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme artigo 43, § 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado os documentos de habilitação que constem do SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

10.8. **Habilitação jurídica:**

10.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

10.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

10.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

10.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estaduais, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação..

#### 10.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**

10.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.10.2.1. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (artigo 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar que possuem patrimônio líquido de 1% (um por cento) do valor do valor da proposta apresentada para o item pertinente..

#### 10.11. **Qualificação Técnica:**

10.11.1. Autorização de Funcionamento da Empresa expedida pelo Ministério da Saúde e

publicada no Diário Oficial da União de acordo com a Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976 e RDC nº 16 de 01 de abril de 2014.

10.11.2. Autorização de Funcionamento da Empresa Importadora, expedida pelo Ministério da Saúde, de acordo com a RDC nº 81 de 05 de novembro de 2008, para comercialização de produto importado.

10.11.3. Alvará Sanitário expedido pelo órgão sanitário local competente, para exercer as atividades de fabricação e/ou comercialização de medicamentos.

10.11.4. Autorização especial expedida pelo Ministério da Saúde, para exercício de atividades relacionadas aos medicamentos da Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998, de acordo com Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001.

10.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

10.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da solicitação do Agente de Licitação no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;..

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a contratada.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **12. RECURSOS**

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Licitação verificar a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Agente de Licitação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **13. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados

contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### **14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Agente de Licitação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **15. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### **16. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

#### **17. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.3.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência.

#### **18. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.3.1. referida Nota está substituindo o contrato;

18.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

18.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 114 e 115 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

18.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses não podendo ser prorrogada.

18.5. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh/HC-UFGM, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do artigo 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

18.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus,

antes da contratação.

18.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

18.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **19. REAJUSTAMENTO**

19.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **20. RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

21.1. As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **22. PAGAMENTO**

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.1.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.1.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

23.1.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

23.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

23.1.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

23.1.8. não mantiver a proposta;

23.1.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;

23.1.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

23.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em



qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, à suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Ebserh, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

23.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na Ebserh.

23.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Ebserh/HC-UFMG poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 111, §1º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

23.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no artigo 117, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

23.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh/HC-UFMG, observado o princípio da proporcionalidade.

23.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/2013 e no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

23.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **24. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

24.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

24.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

24.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

24.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **25. DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Licitação.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Licitação poderá sanar erros ou

falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110, 1º Andar, Ala Leste - Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da realização desta licitação que não possam ser compostos pela conciliação.

25.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

25.13.1. **ANEXO I** - Termo de Referência;

25.13.2. **ANEXO II** - Minuta de Ata de Registro de Preços (quando for o caso);

25.13.3. **ANEXO III** - Solicitação para Composição de Cadastro de Reserva.

25.13.4. **ANEXO IV** - Informações Complementares a Proposta.

25.13.5. **ANEXO V** - Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

25.13.6. **ANEXO VI** - Declaração de Cumprimento à Política de Transações com Partes Relacionadas da EBSEH.

25.13.7. **ANEXO VII** - Estudo Técnico Preliminar Digital.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2020.

**Danielle Cristina de Oliveira Costa**  
**Chefe da Unidade de Licitações**  
**SIAPE 2255270**



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Cristina de Oliveira Costa, Chefe de Unidade**, em 23/04/2021, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código



verificador **12876147** e o código CRC **431F1F89**.

---

**Referência:** Processo nº 23537.024916/2020-54 SEI nº 12876147

**HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia  
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100  
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23537.024916/2020-54

**1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição parcelada de medicamentos antineoplásicos, imprescindíveis ao cumprimento da terapêutica a ser aplicada aos pacientes diagnosticados com doenças onco-hematológicas, assistidos pelo Hospital das Clínicas da UFMG - Filial Ebserh, de acordo com os protocolos clínicos institucionais estabelecidos, buscando a melhoria contínua na qualidade assistencial, conforme condições, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	CÓDIGO EBSERH	CÓDIGO HC-UFMG	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	323260	EBF01266	43440	FRAMP	DOXORRUBICINA LIPOSSOMAL PEGUIADO 2 MG/ML, SUSPENSÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 10 ML	216
2	268177	EBF01313	43857	COMP	FLUTAMIDA 250 MG COMPRIMIDO	1.080
3	270442	EBF01330	43990	FRAMP	IFOSFAMIDA 500 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	1.080
4	305257	EBF01198	44132	FRAMP	LEUPRORRELINA, ACETATO 3,75 MG, PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	900
5	305258	EBF01201	44198	FR	LEUPRORRELINA, ACETATO 7,5 MG, PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	720
6	270423	EBF01338	44231	COMP	MERCAPTOPYRINA 50 MG COMPRIMIDO	36.000
7	383788	EBF01322	44980	CAP	VINORELBINA 20 MG CÁPSULA	1.440
8	383790	EBF01324	44990	CAP	VINORELBINA 30 MG CÁPSULA	2.700
9	383786	EBF01321	45133	FRAMP	VINORELBINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	180
10	295303	EBF01383	108383	FRAMP	TRASTUZUMABE 150 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	900
11	268509	EBF01315	43802	FRAMP	FLUDARABINA, FOSFATO 50 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	540
12	270376	EBF01377	45111	FRAMP	VINCISTINA, SULFATO 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 1 ML	3.600
13	270436	EBF00506	44319	COMP	METOTREXATO 2,5 MG COMPRIMIDO	1.440
14	278348	EBF01215	41954	COMP	ANASTROZOL 1 MG COMPRIMIDO	90.000
15	453044	EBF01387	3894	AMP	IMUNO BCG (MYCOBACTERIUM BOVIS) 40 MG, PÓ LIOFILIZADO, AMPOLA	720
16	271761	EBF01222	42141	COMP	BICALUTAMIDA 50 MG COMPRIMIDO	18.000
17	455884	EBF01300	43373	FRAMP	DOCETAXEL 40 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 2 ML	1.800
18	270416	EBF01356	44650	FRAMP	OXALIPLATINA 100 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	1.440
19	268110	EBF01326	43912	CAP	HIDROXIUREIA 500 MG CÁPSULA	270.000
20	312569	EBF01278	44253	COMP	ERLOTINIBE 150 MG COMPRIMIDO	5.400
21	282040	EBF01319	44264	COMP	GEFITINIBE 250 MG COMPRIMIDO	5.400
22	443545	EBF01247	43109	FRAMP	CITARABINA 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 1 ML (SC,IM,IV,IT).	900
23	340202	EBF01260	43153	FRAMP	CLADRIBINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 8 ML	180
24	270437	EBF01288	43220	FRAMP	DACARBAZINA 100 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	2.520
25	412031	EBF01292	44209	COMP	DASATINIBE 100 MG COMPRIMIDO	10.260
26	455884	EBF01301	43362	FRAMP	DOCETAXEL 40 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 0.5 ML	3.600
27	448707	EBF01318	43846	SERIN	FULVESTRANTO 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA COM SISTEMA DE SEGURANÇA 5 ML	720
28	270408	EBF01281	43989	FRAMP	IDARRUBICINA 10 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	540
29	273407	EBF01331	44110	COMP	LETROZOL 2,5 MG COMPRIMIDO	14.400
30	271654	EBF01203	44154	COMP	MEGESTROL 160 MG COMPRIMIDO	2.700
31	273483	EBF01354	109406	COMP	MITOTANO 500 MG COMPRIMIDO	1.800
32	305293	EBF01285	44638	FRAMP	MITOXANTRONA 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 10 ML	270
33	394804	EBF01363	44627	FRAMP	PACLITAXEL 6 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 ML	1.800
34	321804	EBF01287	44968	FRAMP	TOPOTECANO 4 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	216
35	295302	EBF01384	108340	FRAMP	TRASTUZUMABE 440 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	540
36	268083	EBF00448	42075	COMP	AZATIOPRINA 50 MG COMPRIMIDO	7.200
37	270439	EBF01225	42230	COMP	BUSSULFANO 2 MG COMPRIMIDO	9.000
38	412035	EBF01226	42240	FRAMP	BUSSULFANO 6 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML	360
39	268403	EBF01229	42361	COMP	CAPECITABINA 500 MG COMPRIMIDO	90.000
40	270411	EBF01230	42394	FRAMP	CARBOPLATINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 15 ML	2.160
41	270409	EBF01231	42471	FRAMP	CARBOPLATINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 45 ML	1.080
42	340148	EBF01239	42790	FRAMP	CICLOFOSFAMIDA 1000 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	2.340
43	340149	EBF01240	42713	FRAMP	CICLOFOSFAMIDA 200 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	3.600
44	268077	EBF00728	42878	COMP	CIPROTERONA 50 MG COMPRIMIDO	1.080
45	340186	EBF01245	43054	FRAMP	CISPLATINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 ML. COM ESTABILIDADE FÍSICO-QUÍMICA SUPERIOR A 12 HORAS PERMITINDO INFUSÃO CONTÍNUA DURANTE 24 HORAS.	2.520
46	443545	EBF01248	43131	FRAMP	CITARABINA 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML	1.800
47	443545	EBF01249	43142	FRAMP	CITARABINA 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	4.500
48	294912	EBF01284	44121	FRAMP	IRINOTECANO,CLORIDRATO 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	2.160
49	270438	EBF01289	43230	FRAMP	DACARBAZINA 200 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	1.260
50	270377	EBF01264	43274	FRAMP	DAUNORRUBICINA, 20 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	1.800
51	323260	EBF01269	43439	FRAMP	DOXORRUBICINA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 25 ML	2.340
52	270364	EBF01272	43516	FRAMP	EPIRUBICINA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	180
53	270366	EBF01273	43593	FRAMP	EPIRUBICINA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 25 ML	180
54	282151	EBF01306	44760	COMP	EXEMESTANO 25 MG COMPRIMIDO	9.000
55	270430	EBF01279	43879	FRAMP	GENCITABINA 1000 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	2.700
56	270404	EBF01282	43978	FRAMP	IDARRUBICINA 5 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	180
57	270443	EBF01328	44077	FRAMP	IFOSFAMIDA 1000 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	720
58	270444	EBF01329	44088	FRAMP	IFOSFAMIDA 2000 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	540
59	394804	EBF01360	44726	FRAMP	PACLITAXEL 6 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 16.7 ML	3.600
60	272023	EBF01257	44814	COMP	TAMOXIFENO 20 MG COMPRIMIDO	180.000
61	383786	EBF01320	45122	FRAMP	VINORELBINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 1 ML	180
62	272692	EBF01337	44220	FRAMP	MELFALANO 50 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	360
63	268427	EBF01241	42636	DRAG	CICLOFOSFAMIDA 50 MG DRÁGEA	21.600
64	340186	EBF01243	42977	FRAMP	CISPLATINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML. COM ESTABILIDADE FÍSICO-QUÍMICA SUPERIOR A 12 HORAS PERMITINDO INFUSÃO CONTÍNUA DURANTE 24 HORAS.	3.600
65	270445	EBF01262	43197	COMP	CLORAMBUCILA 2 MG COMPRIMIDO	18.000

66	272490	EBF01296	44187	COMP	DIETILESTILBESTROL 1 MG COMPRIMIDO	1.620
67	342178	EBF01304	43758	FRAMP	ETOPOSÍDEO 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	2.430
68	268478	EBF01312	43923	FRAMP	FLUORURACILA 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 ML	1.800
69	268478	EBF01310	43824	FRAMP	FLUORURACILA 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML	7.200
70	268108	EBF01194	43901	SERIN	GOSSERELINA 10,8 MG, IMPLANTE, SERINGA COM SISTEMA DE SEGURANÇA	180
71	322081	EBF01342	44484	FRAMP	METOTREXATO 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 10 ML	2.070
72	268520	EBF01371	44770	FRAMP	RITUXIMABE 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML	216
73	268520	EBF01372	44803	FRAMP	RITUXIMABE 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 ML	180
74	272022	EBF01256	44792	COMP	TAMOXIFENO 10 MG COMPRIMIDO	360.000
75	270424	EBF01381	44957	COMP	TIOGUANINA 40 MG COMPRIMIDO	4.500
76	268542	EBF01375	45034	FRAMP	VIMBLASTINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 10 ML	540
77	278393	EBF01385	39479	CAP	TRETINOÍNA 10 MG CÁPSULA	21.600
78	268486	EBF01334	45012	CAP	LOMUSTINA 40 MG CÁPSULA	720
79	268485	EBF01332	45045	CAP	LOMUSTINA 10 MG CÁPSULA	360
80	268109	EBF01195	43880	SERIN	GOSSERELINA 3,6 MG, IMPLANTE, SERINGA COM SISTEMA DE SEGURANÇA	360
81	338411	EBF01208	41910	FRAMP	ÁCIDO ZOLEDRÔNICO 4 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	720
82	277649	EBF01263	44143	CAP	ANAGRELIDA 0,5 MG CÁPSULA	14.400
83	292249	EBF01346	44473	FRAMP	METOTREXATO 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 20 ML	3.600
84	359135	EBF01293	44165	COMP	DASATINIBE 20 MG COMPRIMIDO	23.760
85	374967	EBF01355	44055	CAP	NILOTINIBE 200 MG CÁPSULA	68.040
86	292249	EBF01345	44407	FRAMP	METOTREXATO 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 2 ML	5.400
87	270440	EBF01336	44210	COMP	MELFALANO 2 MG COMPRIMIDO	4.500
88	443435	EBF01366	42010	FRAMP	PEGASPARGASE 750 U/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	180
89	273317	EBF01340	44099	COMP	IMATINIBE 100 MG COMPRIMIDO	90.000
90	274704	EBF01341	44100	COMP	IMATINIBE 400 MG COMPRIMIDO	93.600
91	311390	EBF01221	41921	FRAMP	BEVACIZUMABE 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 4 ML	36
92	398707	EBF01373	42152	FRAMP	BLEOMICINA 15 U, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	540
93	305252	EBF01216	42009	FRAMP	ASPARAGINASE 10.000 U, PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	900
94	322081	EBF01343	44396	FRAMP	METOTREXATO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA 5 ML	3.600

1.2 O critério de julgamento será o de menor preço por item desde que em acordo com a descrição, conforme especificado no item 1.1 deste Termo de Referência e com proposta apresentada e aprovada tecnicamente.

1.3 Havendo divergência nas descrições com o Código CATMAT prevalece o descritivo constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

1.4 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar da publicação do extrato de atas no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

## 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A utilização de medicamentos antineoplásicos é imprescindível ao cumprimento da terapêutica a ser aplicada aos pacientes diagnosticados com doenças onco-hematológicas, de acordo com os protocolos clínicos institucionais estabelecidos no Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh.

2.1.1 Os pacientes com câncer necessitam de diferentes abordagens terapêuticas, como a cirurgia, radioterapia e quimioterapia. A definição do tipo de abordagem depende, dentre outros fatores, das condições clínicas e estadiamento inicial do câncer de cada paciente. Como a maioria das neoplasias possui sintomas semelhantes a outras doenças ou ainda, não apresentam sintomas no estágio inicial da doença, grande parte dos pacientes já é diagnosticada com doença avançada. Neste cenário, o uso de medicamentos antineoplásicos frequentemente não intenta a cura, mas sim aumento de sobrevida e melhora da qualidade de vida do paciente.

2.1.2 Os medicamentos antineoplásicos, utilizados na quimioterapia, têm por finalidade destruir as células tumorais características do câncer, atuando em praticamente todo o organismo, podendo ser empregados isoladamente ou em combinações de fármacos.

2.1.3 Dessa forma, o abastecimento dos medicamentos antineoplásicos na instituição deve ser realizado de forma planejada para garantir a continuidade e êxito do tratamento, visto que quando há falta desses medicamentos, o tratamento dos pacientes é prejudicado pelo atraso ou interrupção, podendo levar à progressão da doença, à falta de opção terapêutica e como consequência ao óbito precoce. Em suma, a falta desses fármacos acarreta sérios danos ao bem maior, a vida humana.

2.1.4 O Hospital das Clínicas-UFMG/EBSERH é um estabelecimento de saúde habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) com serviços de Hematologia e de Oncologia pediátrica, conforme Portaria nº 458 de 24 de fevereiro de 2017. UNACON's devem oferecer assistência especializada e integral ao paciente com câncer, atuando no diagnóstico, estadiamento e tratamento. O exercício da competência acima mencionada e a gestão de sua estrutura própria justificam a aquisição dos medicamentos antineoplásicos para garantir a qualidade dos serviços de assistência oncológica e a segurança do paciente.

2.2 É importante ressaltar que a padronização de medicamentos elaborada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica do Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh define o arsenal terapêutico a ser utilizado no serviço de oncologia da instituição, baseando-se nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em Oncologia estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Sendo assim, nas definições dos objetos não foram incluídas especificações irrelevantes, informações desnecessárias ou que limitem a competição.

2.3 O quantitativo total estimado foi calculado com base no histórico do consumo médio mensal, de modo a garantir a aquisição de medicamentos para suprir a demanda da Instituição. E, para cada um dos itens solicitados, é realizado um planejamento individual, considerando para cada um, o período de um contrato vigente, o consumo histórico, o perfil de utilização e a margem de segurança que é acrescentada ao quantitativo historicamente consumido, destinada a absorver picos e oscilações de demandas causadas por diversos fatores imprevisíveis.

2.4 Os quantitativos especificados no subitem 1.1 do Termo de Referência foram estabelecidos mediante previsões baseadas no quantitativo histórico médio consumido mensalmente, considerando a disponibilização de novos serviços, as alterações nos serviços prestados na Instituição e o acréscimo do estoque de segurança, para suprir a demanda caso ocorra(m) sazonalidade(s).

2.5 Dessa forma, o suprimento adequado dos itens incluídos no presente Termo de Referência é indispensável para o tratamento dos pacientes assistidos por essa instituição.

2.6 De acordo com o Art. 3º, da Resolução nº 71, de 28 de junho de 2018 que aprova o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares:

"Nas licitações e contratos deve-se observar o planejamento de aquisições da Ebserh e as seguintes diretrizes:

IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet."

2.7 Todos os processos de aquisição solicitados pela Unidade de Abastecimento Farmacêutico/ Setor de Farmácia Hospitalar atendem à legislação pertinente. Os documentos solicitados para classificação técnica da proposta são avaliados conforme os requisitos exigidos pela ANVISA e órgãos competentes especificados em leis, decretos e resoluções pertinentes para a aquisição de medicamentos por órgãos públicos. Sendo assim, não há restrição da competitividade, pois todos os fabricantes devem seguir essas legislações para comercialização dos seus produtos em âmbito nacional. A exigência dos documentos técnicos respaldam a aquisição de medicamentos de empresas idôneas, que são inspecionadas periodicamente, assegurando a qualidade dos itens fornecidos.

2.8 Este Processo Licitatório tem por objetivos:

2.8.1 O registro de preços para a aquisição parcelada de medicamentos antineoplásicos nos quantitativos necessários para o atendimento dos pacientes onco-hematológicos assistidos pelo Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh.

2.8.2 Alguns itens para os quais não houve consumo nos últimos anos, foram incluídos no processo de compra em razão de serem utilizados em casos específicos e esporádicos.

2.9 O quantitativo total licitado visa suprir o abastecimento da instituição pelo período de 12 (doze) meses.

2.9.1 A modalidade de compra adotada permite a aquisição parcelada de insumos, no quantitativo necessário para a manutenção de estoques mínimos, que atendam às demandas da instituição por um período de 30 (trinta) dias.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

### 4. HABILITAÇÃO

4.1. As empresas, deverão comprovar a qualificação técnica, por meio de:

4.1.1. Autorização de Funcionamento da Empresa expedida pelo Ministério da Saúde e publicada no Diário Oficial da União de acordo com a Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976 e RDC nº 16 de 01 de abril de 2014.

4.1.2. Autorização de Funcionamento da Empresa Importadora, expedida pelo Ministério da Saúde, de acordo com a RDC nº 81 de 05 de novembro de 2008, para comercialização de produto importado.

4.1.3. Alvará Sanitário expedido pelo órgão sanitário local competente, para exercer as atividades de fabricação e/ou comercialização de medicamentos.

4.1.4. Autorização especial expedida pelo Ministério da Saúde, para exercício de atividades relacionadas aos medicamentos da Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998, de acordo com Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001.

### 5. CLASSIFICAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA

5.1 Na classificação técnica da proposta se incluem os requisitos exigidos pela Vigilância Sanitária e órgãos competentes para garantir que os interessados em fornecer seus produtos, sejam empresas idôneas, inspecionadas periodicamente e assegurem que a qualidade de seus produtos atenda aos requisitos técnicos necessários, compreendendo os documentos relacionados abaixo, apresentados por meio digital.

5.2 Na proposta, os produtos deverão ser identificados quanto ao princípio ativo, nome comercial, quantidade licitada, nome da indústria fabricante, embalagem com o quantitativo do produto ofertado, número do registro no Ministério da Saúde e procedência. Para os medicamentos importados indicar obrigatoriamente o país de origem.

5.3 Para todos os itens deverão ser apresentados os seguintes documentos:

5.3.1 Registro do produto no órgão competente do Ministério da Saúde (MS), de acordo com o Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, ou comprovante da Notificação Simplificada, ou comprovante de Isenção de Registro de acordo com a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

5.3.2 Para produtos com registro cuja validade é inferior ou igual a 6 (seis) meses, deverá ser enviado juntamente com o registro, o protocolo de petição de renovação do registro no órgão competente do Ministério da Saúde, conforme parágrafo 6º, título II, da Lei 6.360 de 23 de setembro de 1976.

5.3.3 Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (CBPF), emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, de acordo com a RDC 17/2010, RDC 39/2013, RDC 207/2018 e RDC 301/2019, atendendo ao disposto no Art. 29 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, inciso IV - *Solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.*

5.3.3.1 O Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) é o documento emitido pela Anvisa atestando que determinado estabelecimento cumpre com as Boas Práticas de Fabricação (BPF). Aplica-se a fabricantes de Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos, localizadas em território nacional, no Mercosul ou em outros países.

O CBPF é regulamentado pela RDC nº 39 de 14/08/2013. Sua concessão para fabricantes de medicamentos depende da verificação do efetivo cumprimento dos requisitos preconizados pelas normas vigentes de BPF. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define BPF como "parte da garantia da qualidade que assegura que produtos sejam consistentemente produzidos e controlados de acordo com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido e requerido pelo registro sanitário".

As Boas Práticas de Fabricação (BPF) de medicamentos constituem-se de regras que buscam controlar todas as etapas de fabricação que possam influir na qualidade de um medicamento, de modo que este atenda às especificações previamente estabelecidas. É regulamentada pela RDC nº 17/2010, de cumprimento obrigatório por todos os fabricantes de medicamentos. A inspeção sanitária é o instrumento técnico-administrativo utilizado pela Vigilância Sanitária para a verificação do cumprimento das BPF, e consequentemente para a concessão do Certificado

de Boas Práticas de Fabricação (CBPF).

Sendo assim, a solicitação do CBPF é a garantia de que a Unidade de Abastecimento Farmacêutico estará adquirindo produtos fabricados com controle de qualidade de modo a garantir a segurança do paciente com relação à utilização desses medicamentos.

5.3.3.2 O CBPF apresentado deverá ser por linha de produção, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, quando se tratar de produto nacional.

5.3.3.3 O CBPF deverá ser emitido pela autoridade sanitária do país de origem do medicamento, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira, quando se tratar de produto importado.

5.3.4 Deverão ser apresentadas as bulas de todos os medicamentos cotados.

## **6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

6.1 O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados a partir do(a) recebimento da nota de compra pela contratada.

6.1.1 Os bens deverão ser entregues em dias úteis, na Unidade de Abastecimento Farmacêutico – Setor Farmácia do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais – Filial EBSEERH, situada na Avenida Professor Alfredo Balena, 110, Santa Efigênia, Belo Horizonte- MG, de 07h00min às 16h00min, acompanhados dos documentos e observando as exigências estipuladas neste Termo de Referência.

6.1.2 Prazo de vida útil/validade: no mínimo, de 12 (doze) meses, a contar do recebimento provisório, exceto aqueles cuja validade normal seja comprovadamente inferior a este prazo, caso em que tal situação deverá ser devidamente esclarecida na proposta.

6.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 07 (sete) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.6 O lote rejeitado deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de notificação. Não ocorrendo o fato no prazo estabelecido, o fornecedor arcará com os custos de armazenagem, quebras e outros incidentes sobre o produto, a partir da data de confirmação da impropriedade.

6.7 A não retirada dos lotes rejeitados autoriza automaticamente a contratante a efetuar o descarte adequado do produto.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 São obrigações do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG/EBSEERH).

7.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

7.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

7.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

7.1.5 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3 Proceder com rigoroso controle de qualidade dos produtos no recebimento, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e às apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.

7.4 Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as informações referentes a: marca, fabricante, lote, prazo de validade, apresentação e procedência do medicamento, número da nota de compra e número do empenho.

8.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

8.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

8.1.4 Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida

comprovação.

8.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.2 Os medicamentos deverão ser entregues em conformidade com a legislação sanitária vigente.

8.3 Os fabricantes e distribuidores devem cumprir as exigências de rastreabilidade de acordo com a Portaria nº 802 de 08 de outubro de 1998 da ANVISA.

8.4 A produção, comercialização e transporte das soluções parenterais deverão estar em conformidade com a RDC nº 45 de 12 de março de 2003.

8.5 Os dizeres constantes em rótulos, bulas e embalagens deverão estar em conformidade com o estipulado pela legislação sanitária.

8.6 Os medicamentos sólidos de uso oral, quando acondicionados em "blisters", devem possuir o nome do fármaco, o número do lote e o prazo de validade gravada em cada unidade.

8.7 As ampolas e frascos-ampolas deverão ter o número do lote e o prazo de validade gravado em cada unidade.

8.8 Os medicamentos deverão ser entregues acompanhados, de original ou cópia autenticada do Laudo Analítico-Laboratorial/Certificado de Análise, por lote, expedido pelo Laboratório de Controle de Qualidade do fabricante dos mesmos, conforme especificado abaixo:

8.8.1 Nome do produto conforme Denominação Comum Brasileira, nome de marca, dosagem e apresentação.

8.8.2 Número do lote analisado.

8.8.3 Número de unidades por lote.

8.8.4 Formas farmacêuticas sólidas - comprimido, drágeas, cápsulas, pó:

8.8.4.1 Características físico-químicas - forma, cor, desintegração, uniformidade de peso, dureza, friabilidade, uniformidade de doses unitárias, dissolução e umidade (citar método).

8.8.4.2 Identificação e doseamento de fármaco.

8.8.5 Formas farmacêuticas de uso parenteral, inclusive quando se tratar de diluentes:

8.8.5.1 Características físico-químicas - aspecto, cor, pH, umidade dos pós, uniformidade de doses unitárias dos pós, uniformidade de peso dos pós, limpidez, seringabilidade, hermeticidade, osmolaridade, viscosidade.

8.8.5.2 Controle microbiológico - esterilidade, pirogenicidade e toxicidade.

8.8.5.3 Dados adicionais - volume após diluição, estabilidade da diluição em diluentes diversos e temperatura de acondicionamento após diluição.

8.8.6 Além dos testes acima relacionados, deverão constar também dos laudos, os testes específicos dos fármacos preconizados nas Farmacopeias, ou seja, impurezas e produtos de degradação.

8.8.7 Deverão constar no laudo técnico, ao lado dos resultados, nos itens pertinentes que envolvam especificações técnicas, os parâmetros farmacopeicos tomados como referência e a fonte.

8.8.8 Deverão constar do laudo a assinatura e carimbo contendo nome, cargo e registro no Conselho Regional do responsável pelas análises do produto.

8.8.9 Os Laudos Analíticos Laboratoriais de medicamentos em associação deverão conter o doseamento de cada componente da fórmula.

8.9 Deverão ser adotadas as técnicas de análise físico-químicas, biológicas e microbiológicas preconizadas pelas Farmacopeias Brasileira, Americana e Britânica das edições mais recentes, sendo admitidas técnicas Americanas e Britânicas somente em caso de inexistência dos meios adequados em âmbito nacional.

8.10 Reserva-se ao Hospital o direito de solicitar da empresa contratada (fabricante ou distribuidor), Laudo(s) Analítico-Laboratorial (is) do(s) produto(s) oferecido(s), expedido por laboratório oficial ou laboratório particular sem ônus para a instituição.

8.11 Os Laudos Analítico-Laboratoriais emitidos pelos laboratórios credenciados pelo Ministério da Saúde serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações informadas pelo fabricante.

8.12 O Hospital das Clínicas da UFMG/ Filial Ebserh reserva-se o direito de solicitar do fornecedor e/ou fabricante informações relacionadas a estudos de biodisponibilidade e bioequivalência dos medicamentos.

8.13 Os produtos serão entregues acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens de fábrica lacradas pelo fabricante.

8.14 O Hospital das Clínicas da UFMG/ Filial Ebserh reserva-se o direito de não receber produtos que sejam entregues em embalagens de papelão que contenham diversos produtos, não proporcionando uma condição favorável de identificação e conferência e/ou fora das embalagens primárias ou em embalagens violadas e/ou danificadas.

8.15 Os medicamentos serão entregues acompanhados de documento fiscal, em duas vias, contendo obrigatoriamente: o número da nota de compra, o número do empenho; o nome do fármaco e o nome comercial; o número do lote, a data de validade e a quantidade correspondente a cada lote.

8.16 O Hospital das Clínicas da UFMG/ Filial Ebserh reserva-se o direito de solicitar ao fornecedor comprovação de regularidade dos seguintes documentos: registro do produto no Ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle durante o período de vigência da ata de registro de preço.

## **9. CONDIÇÕES GERAIS**

9.1 Em caso de esgotamento de mercado do medicamento ofertado na ocasião da licitação, por motivo de descontinuação temporária e/ou definitiva de fabricação ou importação ou indisponibilidade de matéria-prima para fabricação, devidamente comprovadas por meio de



documento oficial do laboratório fabricante, poderão ser aceitos como opções para possíveis substituições, aqueles que comprovadamente possuírem qualidade e rendimento iguais ou superiores ao ofertado, mantendo-se o mesmo preço homologado e mediante envio do registro do produto no órgão competente do Ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle.

#### 10. AMOSTRAS

10.1 Conforme o Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, no Art. 29 – “A Ebserh, na licitação para aquisição de bens, poderá, exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação ou na fase de julgamento das propostas ou de lances ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços.” E no Art. 69 “A Ebserh poderá exigir, para o procedimento de pré-qualificação, a apresentação de amostras, a demonstração das exigências de habilitação, qualificação técnica e de aceitação de bens, conforme o caso, mediante a divulgação em sítio eletrônico mantido pela Ebserh.”

10.2 As amostras serão solicitadas à empresa provisoriamente vencedora, CASO SEJA NECESSÁRIO, durante a fase de classificação técnica da proposta quando a análise formal da proposta, juntamente com os documentos técnicos, não forem suficientes para conferir segurança à área demandante quanto à adequação do objeto ofertado pelo licitante. As amostras deverão ser enviadas em embalagem original, devidamente identificadas com o nome do fornecedor, o número do pregão e do item, com o original ou cópia autenticada do Laudo Analítico-Laboratorial/Certificado de Análise emitido pelo Departamento de Controle de Qualidade do fabricante.

10.3 Reserva-se ao Hospital o direito de testar e manipular as amostras enviadas.

10.4 Caso a licitante provisoriamente vencedora apresente proposta de item utilizado no Hospital das Clínicas da UFMG/EBSEH nos últimos três meses estará dispensada de enviar amostra.

10.5 Os critérios de avaliação das amostras serão referentes aos aspectos físicos, às informações da embalagem e/ou rótulo, à forma como o produto é administrado/utilizado e demais critérios que forem necessários para concluir se o produto a ser adquirido atende às especificações descritas neste Termo de Referência.

10.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues, passíveis de devolução, deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de até 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

#### 11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto deste processo licitatório.

#### 12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 13. CONTROLE DE EXECUÇÃO

13.1 Nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Art. 101 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

13.2 O controle e a fiscalização da execução se darão em conformidade com as previsões constantes do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

13.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, que é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, em conformidade com o Art. 97 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

13.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.5 A fiscalização, o controle da execução e das obrigações decorrentes deste processo administrativo serão de responsabilidade do Setor Farmácia Hospitalar, por intermédio dos seguintes servidores e/ou empregados públicos:

Gestor do Contrato	Marcelo Alves dos Santos	SIAPE	234786-5
Gestor Suplente	Maria das Dores Graciano Silva	SIAPE	114460-2
Fiscal Técnico do Contrato	Adriana Cristina Souza Gonçalves de Castro	SIAPE	1458120-5
Fiscal Técnico Suplente	Patrícia Pereira Guimarães	SIAPE	226191-8

#### 14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

14.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

14.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.5 Antes do pagamento, o contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

14.5.1 Serão efetuadas as seguintes consultas:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- Certidão Negativa de Inidôneas – TCU.

14.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.10 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

14.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.11.1 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.12 A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

14.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de **6 % (seis por cento) ao ano**, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =	(x/ 100)
	365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

## 15. REAJUSTAMENTO

15.1 A revisão e o cancelamento dos preços registrados seguirá a disciplina dos arts. 17 a 21 do Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013.

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato o Hospital das Clínicas da UFMG/Ebserh poderá, mediante regular processo administrativo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

16.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante.

16.1.2 Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

16.1.3 Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.2. As sanções previstas nos itens 16.1.1 e 16.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com o item 16.1.2, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

16.3. Poderá ser emitida GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa

devida pela contratada.

16.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

16.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

16.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

16.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados.

16.4.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato.

16.4.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

16.4.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame.

16.4.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação.

16.4.8. Não mantiver a proposta.

16.4.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

16.4.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

16.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, e subsidiariamente à Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.9. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

16.10. Aos licitantes, será aplicada quando necessário, a Norma Operacional EBSEH nº 03, de 03 de junho de 2016, disponível no sítio [http://www.ebserh.gov.br/documents/22765/106576/norma+operacional+03\\_boletim\\_servico\\_169\\_06\\_06\\_16.pdf/a17b9b9-4b7c-425a-805a-3811899908d5](http://www.ebserh.gov.br/documents/22765/106576/norma+operacional+03_boletim_servico_169_06_06_16.pdf/a17b9b9-4b7c-425a-805a-3811899908d5). Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, voltado à aplicação de sanções administrativas a licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

## **17. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

17.1 Cabe à contratada observar e adotar os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLT/MPOG, quando couber, para fins de produção e/ou distribuição do material objeto desta licitação.

## **18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

18.1. O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, nos termos do art. 34 da Lei nº 13.303/2016 e do art. 13 do RLCE.

## **19. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

19.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **20. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

20.1 Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2021.

(assinado eletronicamente)  
Patrícia Pereira Guimarães  
Farmacêutica - SIAPE 2261918  
Unidade de Abastecimento Farmacêutico  
Setor Farmácia Hospitalar  
Gerência de Atenção à Saúde  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

Adriana Cristina Souza Gonçalves de Castro.  
Chefe da Unidade de Abastecimento Farmacêutico - SIAPE 1458120-5  
Setor Farmácia Hospitalar  
Gerência de Atenção à Saúde  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

(assinado eletronicamente)  
Maria das Dores Graciano Silva  
Chefe Setor de Farmácia Hospitalar - SIAPE 1144602  
Gerência de Atenção à Saúde  
Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.ª Andréa Maria Silveira  
Superintendente  
Hospital das Clínicas-UFMG/ Ebserh  
Insc. 143.561 - SIAPE: 1180660



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Pereira Guimaraes, Farmacêutico(a)**, em 09/02/2021, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Cristina Souza Gonçalves de Castro, Chefe de Unidade**, em 10/02/2021, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria das Dores Graciano Silva, Chefe de Setor**, em 10/02/2021, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maria Silveira, Superintendente**, em 10/02/2021, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11783795** e o código CRC **3BA987B1**.

**Referência:** Processo nº 23537.024916/2020-54 SEI nº 11783795

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia  
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100  
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Modelo de Ata de Registro de Preços

Processo nº 23537.024916/2020-54

## ANEXO II

### MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, sediado(a) na Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100, CNPJ 15.126.437/0015-49, UG-155021, neste ato representada pelo sua Superintendente do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - Ebserh, Prof.<sup>a</sup> Andréa Maria Silveira, RG nº xxxxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxxxx, nomeado por Portaria-SEI nº 443, de 3 de setembro de 2018 e por sua Gerente Administrativa, Senhora Elizete Maria da Silva Neme, RG nº xxxxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxxxx, ambos no uso das atribuições conferidas pelo artigo 20 da Portaria-SEI nº 8/2019, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 75/2020, publicada no DOU de xx/xx/xxxx, processo administrativo nº 23537.024916/2020-54, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de aquisição de medicamentos antineoplásicos, imprescindíveis ao cumprimento da terapêutica a ser aplicada aos pacientes diagnosticados com doenças onco-hematológicas, assistidos pelo Hospital das Clínicas da UFMG - Filial Ebserh, especificado do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão nº 75/20, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca/Modelo (se exigida no edital)	Código	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador será o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - Filial Ebserh.

### **4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016 que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e no Decreto nº 7.892/2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

### **5. VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da publicação do extrato resumido no Diário Oficial da União não podendo ser prorrogada.

### **6. REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 120 (cento e vinte) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a

redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

## **7. PENALIDADES**

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **8. CONDIÇÕES GERAIS**

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades

e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, nos termos do art. 12, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

8.4. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata que não possam ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Belo Horizonte, xx, xxxxxxxxxxxx, xxxx

<p>(assinado eletronicamente) Prof.ª Andréa Maria Silveira Superintendente do HC-UFMG/Ebserh Portaria-SEI nº 443, de 3 de setembro de 2018</p> <p>(assinado eletronicamente) Elizete Maria da Silva Neme Gerente Administrativa HC-UFMG/Ebserh</p>	<p>_____ <b>FORNECEDOR</b> <b>Cargo / Representante Legal</b></p>
--	---



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Fernandes de Oliveira, Assistente Administrativo**, em 10/02/2021, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11785789** e o código CRC **87DA3354**.

**Referência:** Processo nº 23537.024916/2020-54 SEI nº 11785789



## DECLARAÇÃO - SEI

Processo nº 23537.024916/2020-54

Interessado: Unidade de Compras, Unidade de Licitações, Unidade de Programação Orçamentária e Financeira, Setor de Farmácia Hospitalar, Superintendência

### ANEXO III

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2020

(PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23537.024916/2020-54)

### MODELO DE SOLICITAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA DA ATA SRP

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, aceita reduzir seu preço ao valor da proposta do licitante mais bem classificado para o(s) item(ns) \_\_\_\_ do Pregão Eletrônico SRP 75/2020, e assim solicita à Coordenadoria de Licitações sua inclusão no cadastro de reserva da Ata de Registro nº \_\_\_\_.

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Fernandes de Oliveira, Assistente Administrativo**, em 10/02/2021, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11790198** e o código CRC **C6E23992**.

---

**Referência:** Processo nº 23537.024916/2020-54

SEI nº 11790198

## DECLARAÇÃO - SEI

Processo nº 23537.024916/2020-54

Interessado: Unidade de Compras, Unidade de Licitações, Unidade de Programação Orçamentária e Financeira, Setor de Farmácia Hospitalar, Superintendência

**ANEXO IV**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 75/2020**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23537.024916/2020-54)**  
**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À PROPOSTA**

O vencedor do item deverá encaminhar a Unidade de Licitações do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais/EBSEH os dados solicitados neste anexo, sem prejuízo de outras informações solicitadas no edital e seus anexos, para emissão de empenho e assinatura de Ata de Registro de Preços:

- Razão social;
- CNPJ;
- Inscrição Estadual e Municipal;
- Endereço completo com CEP da empresa;
- Telefone;
- Email;
- Contato;
- Nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente;
- Nome completo de quem assinará o contrato;
- Carteira de identidade;
- CPF;
- Declarar expressamente de estarem incluídas nos preços cotados, todas as despesas com impostos, taxas, fretes, e quaisquer outras que venham a incidir;
- Declarar que substituirá no prazo de 10 (dez) dias, os produtos fornecidos no qual se verifiquem não conformidade as especificações do objeto licitado, sem prejuízo de aplicação de sanções administrativas previstas neste edital;

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome do declarante: \_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Fernandes de Oliveira, Assistente Administrativo**, em 10/02/2021, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11790280** e o código CRC **2D99AAA1**.

**Referência:** Processo nº 23537.024916/2020-54

SEI nº 11790280

## DECLARAÇÃO - SEI

Processo nº 23537.024916/2020-54

Interessado: Unidade de Compras, Unidade de Licitações, Unidade de Programação Orçamentária e Financeira, Setor de Farmácia Hospitalar, Superintendência

**ANEXO V**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2020**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23537.024916/2020-54)**

**DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Para fins de participação na licitação Pregão Eletrônico nº 75/2020, a empresa (nome completo da proponente) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na (o) \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara sob as penas da Lei, que atende a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental na comercialização do(s) objeto(s) da licitação, armazenamento e transporte (se for o caso):

1. Atende a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental na comercialização do (s) objeto(s) da licitação, armazenamento e transporte (se for o caso) em conformidade com a IN 01/2010-SLTI; e
2. Atende as exigências da Lei nº 12.187, [de 29 de dezembro de 2009](#), que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Fernandes de Oliveira, Assistente Administrativo**, em 10/02/2021, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11790356** e o código CRC **94661AA7**.

---

**Referência:** Processo nº 23537.024916/2020-54

SEI nº 11790356

DECLARAÇÃO - SEI

Processo nº 23537.024916/2020-54

Interessado: Unidade de Compras, Unidade de Licitações, Unidade de Programação Orçamentária e Financeira, Setor de Farmácia Hospitalar, Superintendência

**ANEXO VI**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2020**  
**HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG / EBSERH**  
**(Processo Administrativo nº 23537.024916/2020-54)**  
**POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSERH**

Em atenção ao art. 15, parágrafo único da POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSERH, a fim de afastar interesses secundários, declaro que essa empresa não possui em seu quadro de administração, pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da Ebserh. Segue abaixo quadro com relação de administradores da empresa:

Nome do Administrador	CPF

DADOS DA EMPRESA:

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_

(local e data)



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Fernandes de Oliveira, Assistente Administrativo**, em 10/02/2021, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11790435** e o código CRC **90394362**.

Referência: Processo nº 23537.024916/2020-54

SEI nº 11790435

# Estudo Técnico Preliminar 75/2020

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23537.024916/2020-54

## 2. Normas Aplicáveis

2.1 Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências.

2.2 Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013. Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

2.3 RDC nº 17, de 16 de abril de 2010. Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

2.4 RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão da Certificação de Boas Práticas de Fabricação e da Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem.

2.5 RDC nº 207, de 03 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a organização das ações de vigilância sanitária, exercidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativas à Autorização de Funcionamento, Licenciamento, Registro, Certificação de Boas Práticas, Fiscalização, Inspeção e Normatização, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS.

2.6 Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

2.7 Portaria nº 802, de 08 de outubro de 1998. Institui o Sistema de Controle e Fiscalização em toda cadeia de produtos farmacêuticos.

2.8 RDC nº 107, de 05 de setembro de 2016. Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 199, de 26 de outubro de 2006, que dispõe sobre os medicamentos de notificação simplificada.

2.9 Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.10 Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, aprovado pela Resolução nº 71 de 28 de junho de 2018, nos termos do art. 40 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

2.11 RDC nº 301, de 21 de agosto de 2019. Dispõe sobre as Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

2.12 RDC nº 317, de 22 de outubro de 2019. Dispõe sobre os prazos de validade e a documentação necessária para a manutenção da regularização de medicamentos, e dá outras providências.

2.13 RDC nº 16, de 01 de abril de 2014. Dispõe sobre os critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas.

2.14 Regulamento – SEI nº 1/2019/DAS-EBSERH – Regulamento de Gestão de Materiais de Consumo e Medicamentos.

2.15 Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. A referida norma se aplica somente à etapa externa da licitação, a partir da abertura da sessão pública até as fases de adjudicação e homologação, conforme artigo 127, do RLCE.

2.16 Portaria SEI nº 629, de 20 de dezembro de 2019. Instituir o Catálogo Padronizado de Medicamentos da Rede Ebserh (CatMed) e definir diretrizes referentes a sua utilização.



### 3. Descrição da necessidade

O presente estudo tem por objetivo apontar os fundamentos para aquisição de medicamentos antineoplásicos, imprescindíveis ao cumprimento da terapêutica a ser aplicada aos pacientes diagnosticados com doenças onco-hematológicas, de acordo com os protocolos clínicos institucionais estabelecidos, conforme condições, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e anexos.

A aquisição de medicamentos ocupa um papel de destaque dentro do complexo sistema de compras realizadas na Unidade Hospitalar, uma vez que trata-se de um insumo estratégico de suporte às ações de saúde, com a finalidade de prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas. Sua falta pode impedir o início do tratamento adequado e contribuir para a descontinuidade do mesmo, levando ao agravamento dos sintomas, prolongamento do tempo de internação, e, por vezes, ao óbito. Isto afeta a qualidade de vida dos usuários e a credibilidade dos serviços farmacêuticos e do sistema de saúde como um todo.

O Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh é um estabelecimento de saúde habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) com serviços de Hematologia e de Oncologia pediátrica, conforme Portaria nº 458 de 24 de fevereiro de 2017. UNACON's devem oferecer assistência especializada e integral ao paciente com câncer, atuando no diagnóstico, estadiamento e tratamento. O exercício da competência acima mencionada e a gestão de sua estrutura própria justificam a aquisição dos medicamentos antineoplásicos para garantir a qualidade dos serviços de assistência oncológica e a segurança do paciente.

É importante ressaltar que a padronização de medicamentos, elaborada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) da instituição define o arsenal terapêutico a ser utilizado na assistência à saúde dos pacientes atendidos pelo Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh. Sendo assim, nas definições dos objetos não foram incluídas especificações irrelevantes, informações desnecessárias ou que limitem a competição. Considerando a seleção de medicamentos no Hospital das Clínicas da UFMG /Ebserh, a partir do Catálogo Padronizado de Medicamentos da Ebserh, esses medicamentos são incluídos em processos de aquisição visto que possuem consumo regular durante o período de 12 (doze) meses.

Considerando a importância da continuidade e do pleno exercício dos serviços oferecidos pelo Hospital das Clínicas da UFMG /Filial Ebserh, instituição prestadora de serviços de referência em âmbito municipal e estadual do Sistema Único de Saúde (SUS /MG) no atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade, torna-se necessária a abertura de processo licitatório de modo a garantir o abastecimento pelo período de 12 (doze) meses, a fim de manter o pleno funcionamento das atividades, visando o suporte planejado às tarefas e ações operacionais.

Esta aquisição ocupa um papel de destaque, uma vez que trata-se de insumos imprescindíveis a uma assistência que prime pela qualidade e excelência dos serviços ofertados aos seus usuários.

Sendo assim, a indisponibilidade dos medicamentos acarretaria em consequências graves tanto ao sistema como aos pacientes por ele assistidos, uma vez que, resultaria em aumento nas taxas de morbidade e mortalidade e aumento considerável nos gastos devido à necessidade de compras emergenciais, que resultam em sua grande maioria, na aquisição de produtos com um custo mais elevado.

Diante do exposto, a Unidade de Abastecimento Farmacêutico/ Setor de Farmácia Hospitalar tem a atribuição de planejar a aquisição dos medicamentos antineoplásicos de modo a garantir o abastecimento pelo período de 12 (doze) meses, evitando interrupções de tratamento ou tratamento inadequado, o que pode ocasionar progressão da doença, falta de opção terapêutica e como consequência o óbito precoce.

### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Unidade de Abastecimento Farmacêutico	Adriana Cristina Souza Gonçalves de Castro

### 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A execução do objeto dessa contratação deverá seguir os requisitos relacionados no Termo de Referência em questão, visto que o fornecimento dos medicamentos antineoplásicos é essencial para o tratamento adequado dos pacientes atendidos por essa instituição, de modo que sua interrupção poderá comprometer o cumprimento da missão institucional.

Os eventuais contratos firmados pela Ebserh, referentes ao objeto desta licitação submetem-se aos preceitos da Lei 13.303/2016, ao Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, às demais normas referidas no item 2, bem como aos preceitos de direito privado.

Requisitos necessários ao atendimento da demanda, no que diz respeito à execução contratual:

- Atendimento dos critérios exigidos pela Vigilância Sanitária e órgãos competentes, de modo a garantir que os interessados em fornecer seus produtos sejam empresas idôneas, inspecionadas periodicamente e assegurem a qualidade dos insumos ofertados.
- Certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.
- Manter os dados atualizados perante ao Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh.
- O contratado manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do processo licitatório.

## 6. Levantamento de Mercado

O objeto dessa contratação não apresenta complexidade técnica superior que justifique a identificação da existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações tampouco a coleta de contribuições com potenciais contratadas por meio de consulta, audiência pública ou diálogo transparente, visto que os medicamentos a serem adquiridos possuem características comuns de mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos no edital; possuem a especificação técnica padronizada conforme a Denominação Comum Brasileira - ANVISA, constam no Catálogo de Medicamentos da Rede Ebserh, atendendo ao que é praticado usualmente no mercado e nos compêndios oficiais reconhecidos pela ANVISA.

As informações são claras e objetivas, permitindo o entendimento do que se está licitando, garantindo a aquisição correta dos itens padronizados na instituição.

## 7. Descrição da solução como um todo

O Hospital das Clínicas da UFMG filial Ebserh é credenciado pelo Sistema Único de Saúde para prestar assistência à saúde, com ênfase na atenção especializada, na formação de recursos humanos e na produção de conhecimento em saúde, tendo como responsabilidade desenvolver a assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança e, de forma indissociável e integrada, o ensino, a pesquisa e a extensão.

O detalhamento e as especificações técnicas dos medicamentos foram realizados a partir dos dados contidos no Sistema de Farmácia (Net Term), no Formulário Farmacêutico 18ª edição do Hospital das Clínicas da UFMG e no Catálogo Padronizado de Medicamentos da Rede Ebserh, devidamente padronizados pela Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) dessa instituição. Sendo assim, nas definições do objeto não foram incluídas especificações irrelevantes, informações desnecessárias ou que limitem a competição.

Os medicamentos antineoplásicos são padronizados na instituição e estão devidamente identificados por meio do código padronizado no Catálogo da Rede Ebserh, pelo CATMAT e pelo código do Hospital das Clínicas da UFMG/Ebserh.

O quantitativo total estimado foi calculado com base no histórico do consumo médio mensal, de modo a garantir a aquisição dos medicamentos antineoplásicos para suprir a demanda da instituição. Para cada um dos medicamentos solicitados é realizado um planejamento individual, considerando o período de um contrato vigente, o consumo médio histórico, o perfil de utilização e a margem de segurança que é acrescentada ao quantitativo historicamente consumido, destinada a absorver os picos e oscilações de demanda causados por diversos fatores imprevisíveis.

Alguns itens para os quais não houve consumo nos últimos anos, foram incluídos no processo de compra em razão de serem utilizados em casos específicos e esporádicos.

De acordo com o art. 3º, da Resolução nº 71, de 28 de junho de 2018 que aprova o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: “*Nas licitações e contratos deve-se observar o planejamento de aquisições da Ebserh e as seguintes diretrizes:*”

*IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet.”*

Todos os processos de aquisição solicitados pela Unidade de Abastecimento Farmacêutico/ Setor de Farmácia Hospitalar atendem à legislação pertinente. Os documentos solicitados para classificação técnica da proposta são avaliados conforme os requisitos exigidos pela ANVISA e órgãos competentes, especificados em leis, decretos e resoluções pertinentes para a aquisição de medicamentos por órgãos públicos. A exigência dos documentos técnicos respaldam a aquisição de medicamentos de empresas idôneas, que são inspecionadas periodicamente, assegurando a qualidade dos itens fornecidos.

A solicitação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (CBPF) do fabricante do medicamento é motivada mediante o exposto:

O Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) é o documento emitido pela Anvisa atestando que determinado estabelecimento cumpre com as Boas Práticas de Fabricação (BPF). Aplica-se a fabricantes de Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos, localizadas em território nacional, no Mercosul ou em outros países.

O CBPF é regulamentado pela RDC nº 39 de 14/08/2013. Sua concessão para fabricantes de medicamentos depende da verificação do efetivo cumprimento dos requisitos preconizados pelas normas vigentes de BPF. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define BPF como “parte da garantia da qualidade que assegura que produtos sejam consistentemente produzidos e controlados de acordo com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido e requerido pelo registro sanitário”.

As Boas Práticas de Fabricação (BPF) de medicamentos constituem-se de regras que buscam controlar todas as etapas de fabricação que possam influir na qualidade de um medicamento, de modo que este atenda às especificações previamente estabelecidas. É regulamentada pela RDC nº 17/2010, de cumprimento obrigatório por todos os fabricantes de medicamentos. A inspeção sanitária é o instrumento técnico-administrativo utilizado pela Vigilância Sanitária para a verificação do cumprimento das BPF, e consequentemente para a concessão do Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF).

Sendo assim, a solicitação do CBPF é a garantia de que a Unidade de Abastecimento Farmacêutico estará adquirindo produtos fabricados com controle de qualidade de modo a garantir a segurança do paciente com relação à utilização desses medicamentos.

A adoção do Sistema de Registro de Preços pela Administração Pública permite a evolução significativa do planejamento das atividades, além de:

- Facultatividade na aquisição do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.
- Possibilidade de compra progressiva, não havendo necessidade de que se adquira todo o quantitativo de uma só vez, o que não gera, pois, custos com implantação e manutenção de estoque, bem como evita o ônus de vigilância e não causa riscos de perda do objeto por prazo de validade. Ademais, no momento de assinatura da ata, a Administração não necessita ter disponibilidade de recursos, bastando que isso ocorra apenas quando da celebração do contrato ou instrumento equivalente, garantindo-se assim uma prontidão na aquisição dos produtos desejados.
- Evita-se a multiplicidade de licitações repetitivas, contínuas e seguidas, com a finalidade de aquisição de um mesmo objeto, ou objetos semelhantes, estabelecendo-se assim uma rotina aperfeiçoada da atividade licitatória, em obediência aos Princípios da Eficiência e Economicidade.
- A adoção do Sistema de Registro de Preços permite um aumento na competitividade, porquanto permite a participação das pequenas e médias empresas nas Licitações, devido à possibilidade de parcelamento das compras.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando o disposto no art. 3 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE) foram observadas as diretrizes para o planejamento da aquisição.

Foram relacionados neste planejamento, 94 medicamentos antineoplásicos, imprescindíveis ao cumprimento da terapêutica a ser aplicada aos pacientes diagnosticados com doenças onco-hematológicas, de acordo com os protocolos clínicos institucionais

estabelecidos. As especificações foram revisadas e corrigidas, quando necessário, atendendo ao que é praticado usualmente no mercado e nos compêndios oficiais reconhecidos pela ANVISA, com informações claras e objetivas, permitindo o entendimento do que se está licitando, garantindo a aquisição correta dos itens padronizados na instituição.

Foi elaborada a estimativa do consumo anual, conforme demonstrado no anexo "Planejamento da Aquisição Antineoplásicos". O planejamento foi realizado individualmente, para cada item a ser adquirido. O mesmo consiste em determinar o Consumo Médio Mensal (CMM) de cada medicamento por meio da média aritmética do quantitativo consumido no último ano. Esses dados são obtidos por meio dos relatórios de aquisição e de consumo (requisições) gerados no Sistema de Farmácia Net Term. O CMM é multiplicado por 12 meses, considerando o período de vigência da Ata de Registro de Preços, acrescido do Estoque de Segurança (igual a 50% do consumo anual de cada item), considerando a implantação de novos serviços; as alterações nos serviços prestados e a ocorrência de sazonalidade(s) que culminam em oscilações bruscas no consumo médio histórico. O valor resultante desse cálculo é a quantidade a ser licitada no processo.

ITEM	CATMAT	CÓDIGO EBSERH	CÓDIGO HC-UFMG	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	323260	EBF01266	43440	FRAMP	DOXORRUBICINA LIPOSSOMAL PEGUILLADO 2 MG/ML, SUSPENSÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 10 ML	216
2	268177	EBF01313	43857	COMP	FLUTAMIDA 250 MG COMPRIMIDO	1.080
3	270442	EBF01330	43990	FRAMP	IFOSFAMIDA 500 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	1.080
4	305257	EBF01198	44132	FRAMP	LEUPRORRELINA, ACETATO 3,75 MG, PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	900
5	305258	EBF01201	44198	FR	LEUPRORRELINA, ACETATO 7,5 MG, PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	720
6	270423	EBF01338	44231	COMP	MERCAPTOPURINA 50 MG COMPRIMIDO	36.000
7	383788	EBF01322	44980	CAP	VINORELBINA 20 MG CÁPSULA	1.440
8	383790	EBF01324	44990	CAP	VINORELBINA 30 MG CÁPSULA	2.700
9	383786	EBF01321	45133	FRAMP	VINORELBINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	180
10	295303	EBF01383	108383	FRAMP	TRASTUZUMABE 150 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	900
11	268509	EBF01315	43802	FRAMP	FLUDARABINA, FOSFATO 50 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	540

12	270376	EBF01377	45111	FRAMP	VINCRIPTINA, SULFATO 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 1 ML	3.600
13	270436	EBF00506	44319	COMP	METOTREXATO 2,5 MG COMPRIMIDO	1.440
14	278348	EBF01215	41954	COMP	ANASTROZOL 1 MG COMPRIMIDO	90.000
15	453044	EBF01387	3894	AMP	IMUNO BCG (MYCOBACTERIUM BOVIS) 40 MG, PÓ LIOFILIZADO, AMPOLA	720
16	271761	EBF01222	42141	COMP	BICALUTAMIDA 50 MG COMPRIMIDO	18.000
17	455884	EBF01300	43373	FRAMP	DOCETAXEL 40 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 2 ML	1.800
18	270416	EBF01356	44650	FRAMP	OXALIPLATINA 100 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	1.440
19	268110	EBF01326	43912	CAP	HIDROXIUREIA 500 MG CÁPSULA	270.000
20	312569	EBF01278	44253	COMP	ERLOTINIBE 150 MG COMPRIMIDO	5.400
21	282040	EBF01319	44264	COMP	GEFITINIBE 250 MG COMPRIMIDO	5.400
22	443545	EBF01247	43109	FRAMP	CITARABINA 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 1 ML (SC,IM, IV,IT).	900
23	340202	EBF01260	43153	FRAMP	CLADRIBINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 8 ML	180
24	270437	EBF01288	43220	FRAMP	DACARBAZINA 100 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	2.520
25	412031	EBF01292	44209	COMP	DASATINIBE 100 MG COMPRIMIDO	10.260
26	455884	EBF01301	43362	FRAMP	DOCETAXEL 40 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 0.5 ML	3.600
27	448707	EBF01318	43846	SERIN	FULVESTRANTO 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA COM SISTEMA DE SEGURANÇA 5 ML	720
28	270408	EBF01281	43989	FRAMP	IDARRUBICINA 10 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	540
29	273407	EBF01331	44110	COMP	LETROZOL 2,5 MG COMPRIMIDO	14.400

30	271654	EBF01203	44154	COMP	MEGESTROL 160 MG COMPRIMIDO	2.700
31	273483	EBF01354	109406	COMP	MITOTANO 500 MG COMPRIMIDO	1.800
32	305293	EBF01285	44638	FRAMP	MITOXANTRONA 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 10 ML	270
33	394804	EBF01363	44627	FRAMP	PACLITAXEL 6 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 ML	1.800
34	321804	EBF01287	44968	FRAMP	TOPOTECANO 4 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	216
35	295302	EBF01384	108340	FRAMP	TRASTUZUMABE 440 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	540
36	268083	EBF00448	42075	COMP	AZATIOPRINA 50 MG COMPRIMIDO	7.200
37	270439	EBF01225	42230	COMP	BUSSULFANO 2 MG COMPRIMIDO	9.000
38	412035	EBF01226	42240	FRAMP	BUSSULFANO 6 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML	360
39	268403	EBF01229	42361	COMP	CAPECITABINA 500 MG COMPRIMIDO	90.000
40	270411	EBF01230	42394	FRAMP	CARBOPLATINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 15 ML	2.160
41	270409	EBF01231	42471	FRAMP	CARBOPLATINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 45 ML	1.080
42	340148	EBF01239	42790	FRAMP	CICLOFOSFAMIDA 1000 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	2.340
43	340149	EBF01240	42713	FRAMP	CICLOFOSFAMIDA 200 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	3.600
44	268077	EBF00728	42878	COMP	CIPROTERONA 50 MG COMPRIMIDO	1.080
45	340186	EBF01245	43054	FRAMP	CISPLATINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 ML. COM ESTABILIDADE FÍSICO-QUÍMICA SUPERIOR A 12 HORAS PERMITINDO INFUSÃO CONTÍNUA DURANTE 24 HORAS.	2.520
46	443545	EBF01248	43131	FRAMP	CITARABINA 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML	1.800

47	443545	EBF01249	43142	FRAMP	CITARABINA 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	4.500
48	294912	EBF01284	44121	FRAMP	IRINOTECANO, CLORIDRATO 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	2.160
49	270438	EBF01289	43230	FRAMP	DACARBAZINA 200 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	1.260
50	270377	EBF01264	43274	FRAMP	DAUNORRUBICINA, 20 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	1.800
51	323260	EBF01269	43439	FRAMP	DOXORRUBICINA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 25 ML	2.340
52	270364	EBF01272	43516	FRAMP	EPIRRUBICINA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	180
53	270366	EBF01273	43593	FRAMP	EPIRRUBICINA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 25 ML	180
54	282151	EBF01306	44760	COMP	EXEMESTANO 25 MG COMPRIMIDO	9.000
55	270430	EBF01279	43879	FRAMP	GENCITABINA 1000 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	2.700
56	270404	EBF01282	43978	FRAMP	IDARRUBICINA 5 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	180
57	270443	EBF01328	44077	FRAMP	IFOSFAMIDA 1000 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	720
58	270444	EBF01329	44088	FRAMP	IFOSFAMIDA 2000 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	540
59	394804	EBF01360	44726	FRAMP	PACLITAXEL 6 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 16.7 ML	3.600
60	272023	EBF01257	44814	COMP	TAMOXIFENO 20 MG COMPRIMIDO	180.000
61	383786	EBF01320	45122	FRAMP	VINORELBINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 1 ML	180
62	272692	EBF01337	44220	FRAMP	MELFALANO 50 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	360

63	268427	EBF01241	42636	DRAG	CICLOFOSFAMIDA 50 MG DRÁGEA	21.600
64	340186	EBF01243	42977	FRAMP	CISPLATINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML COM ESTABILIDADE FÍSICO-QUÍMICA SUPERIOR A 12 HORAS PERMITINDO INFUSÃO CONTÍNUA DURANTE 24 HORAS.	3.600
65	270445	EBF01262	43197	COMP	CLORAMBUCILA 2 MG COMPRIMIDO	18.000
66	272490	EBF01296	44187	COMP	DIETILESTILBESTROL 1 MG COMPRIMIDO	1.620
67	342178	EBF01304	43758	FRAMP	ETOPOSÍDEO 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	2.430
68	268478	EBF01312	43923	FRAMP	FLUORURACILA 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 ML	1.800
69	268478	EBF01310	43824	FRAMP	FLUORURACILA 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML	7.200
70	268108	EBF01194	43901	SERIN	GOSSERRELINA 10,8 MG, IMPLANTE, SERINGA COM SISTEMA DE SEGURANÇA	180
71	322081	EBF01342	44484	FRAMP	METOTREXATO 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 10 ML	2.070
72	268520	EBF01371	44770	FRAMP	RITUXIMABE 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML	216
73	268520	EBF01372	44803	FRAMP	RITUXIMABE 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 ML	180
74	272022	EBF01256	44792	COMP	TAMOXIFENO 10 MG COMPRIMIDO	360.000
75	270424	EBF01381	44957	COMP	TIOGUANINA 40 MG COMPRIMIDO	4.500
76	268542	EBF01375	45034	FRAMP	VIMBLASTINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 10 ML	540
77	278393	EBF01385	39479	CAP	TRETINOÍNA 10 MG CÁPSULA	21.600
78	268486	EBF01334	45012	CAP	LOMUSTINA 40 MG CÁPSULA	720
79	268485	EBF01332	45045	CAP	LOMUSTINA 10 MG CÁPSULA	360
80	268109	EBF01195	43880	SERIN	GOSSERRELINA 3,6 MG, IMPLANTE, SERINGA COM SISTEMA DE SEGURANÇA	360



81	338411	EBF01208	41910	FRAMP	ÁCIDO ZOLEDRÔNICO 4 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	720
82	277649	EBF01263	44143	CAP	ANAGRELIDA 0,5 MG CÁPSULA	14.400
83	292249	EBF01346	44473	FRAMP	METOTREXATO 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 20 ML	3.600
84	359135	EBF01293	44165	COMP	DASATINIBE 20 MG COMPRIMIDO	23.760
85	374967	EBF01355	44055	CAP	NILOTINIBE 200 MG CÁPSULA	68.040
86	292249	EBF01345	44407	FRAMP	METOTREXATO 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 2 ML	5.400
87	270440	EBF01336	44210	COMP	MELFALANO 2 MG COMPRIMIDO	4.500
88	443435	EBF01366	42010	FRAMP	PEGASPARGASE 750 U/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	180
89	273317	EBF01340	44099	COMP	IMATINIBE 100 MG COMPRIMIDO	90.000
90	274704	EBF01341	44100	COMP	IMATINIBE 400 MG COMPRIMIDO	93.600
91	311390	EBF01221	41921	FRAMP	BEVACIZUMABE 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 4 ML	36
92	398707	EBF01373	42152	FRAMP	BLEOMICINA 15 U, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	540
93	305252	EBF01216	42009	FRAMP	ASPARAGINASE 10.000 U, PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	900
94	322081	EBF01343	44396	FRAMP	METOTREXATO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA 5 ML	3.600

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

A pesquisa de preços será realizada pela Unidade competente do Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh, de acordo com a Norma Operacional de Pesquisa de Preços - Norma - SEI 2, de 13 de setembro de 2019, instituída pela Portaria-SEI nº 520, de 16 de setembro de 2019 e publicada no Boletim de Serviço nº 665, de 16 de setembro de 2019, como condição indispensável para o confronto e o exame de propostas em licitação. Serão utilizados como referenciais de pesquisa as fontes elencadas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e legislações correlatas, sendo que o preço de referência aceitável para a aquisição será subsidiado pela média obtida na pesquisa de preços.

O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, nos termos do art. 34 da Lei n.º 13.303/2016 e do art. 13 do RLCE.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As aquisições serão realizadas de forma parcelada, considerando o ponto de ressuprimento, ou seja, de acordo com a demanda de cada medicamento, o estoque de segurança e o tempo de processamento interno e externo, de modo a evitar desabastecimento e /ou superposição de estoques.

A modalidade de compra adotada permite a aquisição parcelada dos itens, no quantitativo necessário para a manutenção de estoques mínimos, que atendam às demandas da instituição por um período de 30 (trinta) dias.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há no âmbito do Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh, contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em referência.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida contratação encontra-se alinhada ao Plano Diretor Estratégico do Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh 2019- 2023, cuja visão é “Ser reconhecido como hospital universitário inovador e de excelência.”

Em atendimento ao art. 7º, Inciso IX, IN 40/2020, os referidos medicamentos estão incluídos no Plano Anual de Contratações.

## 13. Definição do modelo de contratação

Para essa aquisição será utilizada a modalidade Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preços, visando o disposto no art. 31 da Lei 13.303 de 30 de junho 2016: *“As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.”*

Conforme art. 3º, inciso IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh *“nas licitações e contratos deve-se observar o planejamento de aquisições da Ebserh e as seguintes diretrizes: adoção preferencial da modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet”* devido à celeridade do procedimento e incentivo à competitividade com resultados mais positivos para a administração.

Justificamos ainda que, o Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh optou pelo sistema de registro de preços para os itens ora licitados com embasamento no inciso II do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, uma vez que, é mais conveniente para a administração efetuar a aquisição dos mesmos com previsão de entregas parceladas, o que garante a melhor alocação dos recursos financeiros.

Além disso, o registro de preço viabiliza para a administração a aquisição do estritamente necessário para o desempenho de suas funções. Esse enquadramento justifica a opção pela modalidade de pregão, presentes as justificativas necessárias quanto à necessidade de contratação, vez que sem a aquisição dos bens, a atividade de assistência médico-hospitalar não pode ser prestada.

## 14. Relação custo/benefício da contratação

A presente contratação visa o alcance dos resultados pretendidos, sendo que o maior benefício será a continuidade dos serviços prestados pelo Hospital das Clínicas da UFMG/Ebserh aos pacientes diagnosticados com doenças onco-hematológicas, de modo a evitar a interrupção no fornecimento desses medicamentos garantindo a continuidade e êxito do tratamento.

O Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh almeja com essa contratação a aquisição dos medicamentos antineoplásicos, de forma parcelada, evitando-se custos com implantação e manutenção de estoque, bem como evitar o ônus de vigilância e o risco de perda do objeto por prazo de validade.

Mediante o exposto, é evidente a compatibilidade dessa contratação, pelo sistema de registro de preços, com as necessidades da instituição, pois é a que melhor se coaduna com o planejamento estratégico do Hospital das Clínicas-UFMG/Ebserh, inclusive no que se refere à Logística de Suprimentos, pois promove o aumento da eficiência administrativa, com a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro; otimiza os processos de contratação de bens pela Administração; a solicitação de fornecimento ocorre somente quando surgir a necessidade em se adquirir os bens registrados; celeridade da contratação, haja vista que se têm preços registrados; possibilita o fornecimento de forma parcelada do bem ou serviço registrado; maior eficiência logística devido à redução de volume de estoques e consequentemente do curso de armazenagem, bem como de perdas por perecimento ou má conservação, uma vez que a Administração Pública contrata na medida de suas necessidades.

## 15. Justificativa de preço

A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado é procedimento prévio e indispensável para a estimativa do custo do objeto, que servirá à análise da existência de recursos orçamentários para cobrir as despesas decorrentes da contratação e como parâmetro objetivo para o julgamento das propostas apresentadas.

Para tanto, deve ser observada a Norma-SEI nº 2/2019/DAI-EBSERH, que estabelece os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral e alterações contratuais no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh.

## 16. Resultados Pretendidos

A aquisição dos medicamentos antineoplásicos, objeto deste estudo, possibilitará:

- O cumprimento da legislação sanitária vigente.
- O cumprimento da missão institucional.
- Aquisição dos medicamentos antineoplásicos, objeto desta contratação.
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição.
- Melhoria da satisfação dos usuários envolvidos no processo.
- Redução do índice de mortalidade dos pacientes.
- Redução do tempo de internação.
- Redução dos custos devido à economicidade.
- Proporcionar uma melhor qualidade de vida para os pacientes.

## 17. Providências a serem Adotadas

No caso específico desta contratação não há necessidade de adequação das instalações do Hospital das Clínicas da UFMG /Filial Ebserh.

Os servidores e/ou empregados da unidade requisitante que atuam como fiscais e gestores estão devidamente capacitados com relação à fiscalização e gestão contratual.

## 18. Possíveis Impactos Ambientais

Em atendimento ao art. 7º, inciso XII, IN 40/2020, por se tratar de aquisição de medicamentos, e por serem considerados resíduo químico, conforme Resolução CONAMA nº 358 de 2005 e RDC nº 222 de 28 de março de 2018, o Hospital das Clínicas da UFMG possui o Plano de Gerenciamento de Resíduos em Serviços de Saúde que dispõe de orientações para a segregação e destinação correta dos resíduos químicos e medidas de controle, visando evitar possíveis riscos ambientais.

Cabe à contratada observar e adotar os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, quando couber, para fins de produção e/ou distribuição do material objeto desta licitação.

## 19. Equipe de Planejamento

Integrante Requisitante: Adriana Cristina Souza Gonçalves de Castro, portadora do CPF: 048.672.356-95 e da Matrícula/SIAPE 14581205.

Integrante Técnico: Patrícia Pereira Guimarães, portadora do CPF: 073.176.996-16 e da Matrícula/SIAPE: 2261918.

## 20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 20.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento declara para os devidos fins de direito, que a contratação pretendida é viável e indispensável para garantir as condições mínimas de assistência médica aos pacientes onco-hematológicos atendidos pelo Hospital das Clínicas UFMG/Filial Ebserh.

## 21. Responsáveis

PATRÍCIA PEREIRA GUIMARÃES

Farmacêutico

ADRIANA CRISTINA SOUZA GONÇALVES DE CASTRO

Chefe Unidade de Abastecimento Farmacêutico

## Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO ANTINEOPLÁSICOS.pdf (78.66 KB)
- Anexo II - EQUIPE DE PLANEJAMENTO PORTARIA 638 2020.pdf (125.99 KB)

**Anexo I - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO  
ANTINEOPLÁSICOS.pdf**

PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTINEOPLÁSICOS - PREVISÃO DE CONSUMO ANUAL							
ITEM	CATMAT	CÓDIGO EBSERH	CÓDIGO HC UFGM	UNIDADE	MEDICAMENTO	CMM	PREVISÃO DE CONSUMO ANUAL
1	323260	EBF01266	43440	FRAMP	DOXORRUBICINA LIPOSSOMAL PEGUILADO 2 MG/ML, SUSPENSÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 10 ML	12	216
2	268177	EBF01313	43857	COMP	FLUTAMIDA 250 MG COMPRIMIDO	60	1.080
3	270442	EBF01330	43990	FRAMP	IFOSFAMIDA 500 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	60	1.080
4	305257	EBF01198	44132	FRAMP	LEUPRORRELINA, ACETATO 3,75 MG, PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	50	900
5	305258	EBF01201	44198	FR	LEUPRORRELINA, ACETATO 7,5 MG, PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	40	720
6	270423	EBF01338	44231	COMP	MERCAPTOPURINA 50 MG COMPRIMIDO	2.000	36.000
7	383788	EBF01322	44980	CAP	VINORELBINA 20 MG CÁPSULA	80	1.440
8	383790	EBF01324	44990	CAP	VINORELBINA 30 MG CÁPSULA	150	2.700
9	383786	EBF01321	45133	FRAMP	VINORELBINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	10	180
10	295303	EBF01383	108383	FRAMP	TRASTUZUMABE 150 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	50	900
11	268509	EBF01315	43802	FRAMP	FLUDARABINA, FOSFATO 50 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	30	540
12	270376	EBF01377	45111	FRAMP	VINCISTINA, SULFATO 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 1 ML	200	3.600
13	270436	EBF00506	44319	COMP	METOTREXATO 2,5 MG COMPRIMIDO	80	1.440
14	278348	EBF01215	41954	COMP	ANASTROZOL 1 MG COMPRIMIDO	5.000	90.000
15	453044	EBF01387	3894	AMP	IMUNO BCG (MYCOBACTERIUM BOVIS) 40 MG, PÓ LIÓFILIZADO, AMPOLA	40	720
16	271761	EBF01222	42141	COMP	BICALUTAMIDA 50 MG COMPRIMIDO	1.000	18.000
17	455884	EBF01300	43373	FRAMP	DOCETAXEL 40 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 2 ML	100	1.800
18	270416	EBF01356	44650	FRAMP	OXALIPLATINA 100 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	80	1.440
19	268110	EBF01326	43912	CAP	HIDROXIUREIA 500 MG CÁPSULA	15.000	270.000
20	312569	EBF01278	44253	COMP	ERLOTINIBE 150 MG COMPRIMIDO	300	5.400
21	282040	EBF01319	44264	COMP	GEFITINIBE 250 MG COMPRIMIDO	300	5.400
22	443545	EBF01247	43109	FRAMP	CITARABINA 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 1 ML (SC,IM,IV,IT).	50	900
23	340202	EBF01260	43153	FRAMP	CLADRIBINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 8 ML	10	180
24	270437	EBF01288	43220	FRAMP	DACARBAZINA 100 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	140	2.520
25	412031	EBF01292	44209	COMP	DASATINIBE 100 MG COMPRIMIDO	570	10.260
26	455884	EBF01301	43362	FRAMP	DOCETAXEL 40 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 0.5 ML	200	3.600
27	448707	EBF01318	43846	SERIN	FULVESTRANTO 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA COM SISTEMA DE SEGURANÇA 5 ML	40	720
28	270408	EBF01281	43989	FRAMP	IDARRUBICINA 10 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	30	540
29	273407	EBF01331	44110	COMP	LETROZOL 2,5 MG COMPRIMIDO	800	14.400
30	271654	EBF01203	44154	COMP	MEGESTROL 160 MG COMPRIMIDO	150	2.700
31	273483	EBF01354	109406	COMP	MITOTANO 500 MG COMPRIMIDO	100	1.800
32	305293	EBF01285	44638	FRAMP	MITOXANTRONA 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 10ML	15	270
33	394804	EBF01363	44627	FRAMP	PACLITAXEL 6 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 ML	100	1.800
34	321804	EBF01287	44968	FRAMP	TOPOTECANO 4 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	12	216
35	295302	EBF01384	108340	FRAMP	TRASTUZUMABE 440 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	30	540
36	268083	EBF00448	42075	COMP	AZATIOPRINA 50 MG COMPRIMIDO	400	7.200
37	270439	EBF01225	42230	COMP	BUSSULFANO 2 MG COMPRIMIDO	500	9.000
38	412035	EBF01226	42240	FRAMP	BUSSULFANO 6 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML	20	360
39	268403	EBF01229	42361	COMP	CAPECITABINA 500 MG COMPRIMIDO	5.000	90.000
40	270411	EBF01230	42394	FRAMP	CARBOPLATINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 15 ML	120	2.160
41	270409	EBF01231	42471	FRAMP	CARBOPLATINA 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 45 ML	60	1.080
42	340148	EBF01239	42790	FRAMP	CICLOFOSFAMIDA 1000 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	130	2.340
43	340149	EBF01240	42713	FRAMP	CICLOFOSFAMIDA 200 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	200	3.600
44	268077	EBF00728	42878	COMP	CIPROTERONA 50 MG COMPRIMIDO	60	1.080
45	340186	EBF01245	43054	FRAMP	CISPLATINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 ML COM ESTABILIDADE FÍSICO-QUÍMICA SUPERIOR A 12 HORAS PERMITINDO INFUSÃO CONTÍNUA DURANTE 24 HORAS.	140	2.520
46	443545	EBF01248	43131	FRAMP	CITARABINA 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML	100	1.800
47	443545	EBF01249	43142	FRAMP	CITARABINA 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	250	4.500
48	294912	EBF01284	44121	FRAMP	IRINOTECANO,CLORIDRATO 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	120	2.160
49	270438	EBF01289	43230	FRAMP	DACARBAZINA 200 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	70	1.260
50	270377	EBF01264	43274	FRAMP	DAUNORRUBICINA, 20 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	100	1.800
51	323260	EBF01269	43439	FRAMP	DOXORRUBICINA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 25 ML	130	2.340
52	270364	EBF01272	43516	FRAMP	EPIRUBICINA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	10	180
53	270366	EBF01273	43593	FRAMP	EPIRUBICINA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 25 ML	10	180
54	282151	EBF01306	44760	COMP	EXEMESTANO 25 MG COMPRIMIDO	500	9.000
55	270430	EBF01279	43879	FRAMP	GENCITABINA 1000 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	150	2.700
56	270404	EBF01282	43978	FRAMP	IDARRUBICINA 5 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	10	180
57	270443	EBF01328	44077	FRAMP	IFOSFAMIDA 1000 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	40	720
58	270444	EBF01329	44088	FRAMP	IFOSFAMIDA 2000 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	30	540
59	394804	EBF01360	44726	FRAMP	PACLITAXEL 6 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 16.7 ML	200	3.600
60	272023	EBF01257	44814	COMP	TAMOXIFENO 20 MG COMPRIMIDO	10.000	180.000
61	383786	EBF01320	45122	FRAMP	VINORELBINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 1 ML	10	180
62	272692	EBF01337	44220	FRAMP	MELFALANO 50 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	20	360
63	268427	EBF01241	42636	DRAG	CICLOFOSFAMIDA 50 MG DRÁGEA	1.200	21.600
64	340186	EBF01243	42977	FRAMP	CISPLATINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML COM ESTABILIDADE FÍSICO-QUÍMICA SUPERIOR A 12 HORAS PERMITINDO INFUSÃO CONTÍNUA DURANTE 24 HORAS.	200	3.600
65	270445	EBF01262	43197	COMP	CLORAMBUCILA 2 MG COMPRIMIDO	1.000	18.000
66	272490	EBF01296	44187	COMP	DIETILESTILBESTROL 1 MG COMPRIMIDO	90	1.620
67	342178	EBF01304	43758	FRAMP	ETOPOSÍDEO 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	135	2.430
68	268478	EBF01312	43923	FRAMP	FLUORURACILA 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 ML	100	1.800
69	268478	EBF01310	43824	FRAMP	FLUORURACILA 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML	400	7.200
70	268108	EBF01194	43901	SERIN	GOSSERRELINA 10,8 MG, IMPLANTE, SERINGA COM SISTEMA DE SEGURANÇA	10	180
71	322081	EBF01342	44484	FRAMP	METOTREXATO 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 10 ML	115	2.070
72	268520	EBF01371	44770	FRAMP	RITUXIMABE 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML	12	216
73	268520	EBF01372	44803	FRAMP	RITUXIMABE 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 50 ML	10	180
74	272022	EBF01256	44792	COMP	TAMOXIFENO 10 MG COMPRIMIDO	20.000	360.000
75	270424	EBF01381	44957	COMP	TIOGUANINA 40 MG COMPRIMIDO	250	4.500
76	268542	EBF01375	45034	FRAMP	VIMBLASTINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 10 ML	30	540
77	278393	EBF01385	39479	CAP	TRETINOÍNA 10 MG CÁPSULA	1.200	21.600
78	268486	EBF01334	45012	CAP	LOMUSTINA 40 MG CÁPSULA	40	720
79	268485	EBF01332	45045	CAP	LOMUSTINA 10 MG CÁPSULA	20	360
80	268109	EBF01195	43880	SERIN	GOSSERRELINA 3,6 MG, IMPLANTE, SERINGA COM SISTEMA DE SEGURANÇA	20	360
81	338411	EBF01208	41910	FRAMP	ÁCIDO ZOLEDRÔNICO 4 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	40	720
82	277649	EBF01263	44143	CAP	ANAGRELIDA 0,5 MG CÁPSULA	800	14.400
83	292249	EBF01346	44473	FRAMP	METOTREXATO 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 20 ML	200	3.600
84	359135	EBF01293	44165	COMP	DASATINIBE 20 MG COMPRIMIDO	1.320	23.760
85	374967	EBF01355	44055	CAP	NILOTINIBE 200 MG CÁPSULA	3.780	68.040
86	292249	EBF01345	44407	FRAMP	METOTREXATO 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 2 ML	300	5.400

87	270440	EBF01336	44210	COMP	MELFALANO 2 MG COMPRIMIDO	250	4.500
88	443435	EBF01366	42010	FRAMP	PEGASPARGASE 750 U/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML	10	180
89	273317	EBF01340	44099	COMP	IMATINIBE 100 MG COMPRIMIDO	5.000	90.000
90	274704	EBF01341	44100	COMP	IMATINIBE 400 MG COMPRIMIDO	5.200	93.600
91	311390	EBF01221	41921	FRAMP	BEVACIZUMABE 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 4 ML	2	36
92	398707	EBF01373	42152	FRAMP	BLEOMICINA 15 U, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	30	540
93	305252	EBF01216	42009	FRAMP	ASPARAGINASE 10.000 U, PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	50	900
94	322081	EBF01343	44396	FRAMP	METOTREXATO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA 5 ML	200	3.600



## **Anexo II - EQUIPE DE PLANEJAMENTO PORTARIA 638 2020.pdf**

Portaria-SEI nº 638, de 30 de outubro de 2020

A **Superintendente do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC- UFMG)**, filial da **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)**, no uso das atribuições delegadas pela Portaria - SEI nº 443, de 03 de setembro de 2018, e considerando o previsto no art. 40 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, resolução nº 71, de 28 de junho de 2018, bem como a indicação da área demandante (4781607), resolve:

Art. 1º Constituir a Equipe de Planejamento visando à aquisição de medicamentos antineoplásicos, imprescindíveis ao cumprimento da terapêutica a ser aplicada aos pacientes diagnosticados com doenças onco-hematológicas, assistidos pelo Hospital das Clínicas da UFMG - Filial Ebserh, em cumprimento ao disposto no art. 21 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, emitida pela Secretaria de Gestão - SG do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG.

Art. 2º A Equipe composta por esta Portaria será integrada pelos seguintes empregados:

I - Adriana Cristina Souza Gonçalves de Castro, SIAPE: 14581205

II- Patrícia Pereira Guimarães, SIAPE: 2261918

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

**PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.**

(assinado eletronicamente)

**Profa. Andréa Maria Silveira**

**Superintendente do HC-UFMG/Ebserh**